

[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'J', 'LH', 'SA', 'Relis', 'F', 'P', 'D']

Ata n.º 8

No dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Serviço de Formação Profissional de Évora, do IEFP, a oitava reunião do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um: Aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto Dois: Intervenção do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional; -----

Ponto Três: Apresentação do Projeto de Reabilitação da Escola Básica 2/3 Conde de Vilalva; -----

Ponto Quatro: Concurso de Requalificação da Escola Secundária André de Gouveia: ponto de situação;

Ponto Cinco: Aprovação da proposta de Ação Social Escolar para o ano letivo 2024/2025; -----

Ponto Seis: Aprovação da proposta de recomendação sobre o acesso do ensino profissional à rede de transportes; -----

Ponto Sete: Outros assuntos; -----

Foi convidada a participar nesta reunião a DORU - Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Évora. -----

O Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, cumprimentou todos os presentes e deu início à Ordem de Trabalhos definida para a reunião. -----

No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a Ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No Ponto Dois, Intervenção do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Vereador Alexandre Varela agradeceu ao IEFP a disponibilização do espaço para a reunião do órgão e passou a palavra à Dr.ª Paula Caeiro, Diretora Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora, que deu as boas vindas aos conselheiros e às conselheiras e salientou que o IEFP tem sempre as "portas abertas" e está disponível para novas parcerias, deixou, ainda, o convite aos membros que não conhecem as instalações que as possam vir a visitar. -----

A Dr.ª Paula Caeiro falou de uma forma geral sobre a abrangência total do que é a atividade do IEFP, especificamente no Alentejo, focando em Évora, em matéria de emprego e formação profissional. O grande objetivo é a empregabilidade e a integração no mercado de trabalho. O IEFP é uma estrutura hierarquizada que depende dos serviços centrais situados em Lisboa, onde é a sede, e estão

geograficamente distribuídos por todo o País e organizados em 5 delegações regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Existem 30 Centros de Emprego e Formação Profissional, 23 Centros de Emprego (acima do Tejo e em regiões onde o nível de desemprego é elevado) e 1 Centro de Formação e Reabilitação Profissional (Alcoitão). No Alentejo, existem 4 Centros de Emprego e Formação Profissional: Évora, Alentejo Litoral, Portalegre e Beja. O Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora é um centro que agrupa um conjunto de serviços locais: Serviço de Formação de Évora, Serviço de Emprego de Montemor, Serviço de Emprego de Estremoz, Polo em Reguengos de Monsaraz, Quinta das Glicínias e Serviço de Emprego de Évora. Em termos de funcionalidade, funciona com uma Diretora e um conjunto de adjuntos que em conjunto asseguram a organização da estrutura. Foi apresentado de uma forma muito transversal o Índice do mercado de emprego referente a setembro de 2024. Assim, no momento, o Alentejo tem 14 098 pessoas inscritas como desempregadas. Número que é muito idêntico ao ano passado, mas as suas características têm vindo a ser alteradas pois está-se a assistir cada vez mais a um peso superior da população migrante de outras nacionalidades. O Alentejo Central tem 4149 pessoas inscritas. A maior parte das pessoas já tem um nível de habilitação mais elevado do que há 3 anos atrás, ou seja, o 12.º ano de escolaridade. No concelho de Évora há 1524 pessoas inscritas. Destes 1524 inscritos, 288 pessoas são de outras nacionalidades. Existem 239 pessoas com o 4.º ano de escolaridade, 744 com menos do 12.º ano de escolaridade, 491 com o 12.º ano de escolaridade e 289 com mais do 12.º ano de escolaridade. 430 pessoas têm mais de 50 anos, 624 pessoas recebem o subsídio de desemprego e 306 recebem o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Os programas e medidas ativas de emprego são os seguintes:

- Apoio à Contratação – Medida + Emprego e Medida Emprego + Talento;
- Apoio ao regresso de emigrantes a Portugal;
- Medidas de Apoio ao Empreendedorismo;
- Emprego – Inserção (medidas CEI, CEI +);
- Estágios (Estágios INICIAR, Estágios + Talento);
- Mobilidade Geográfica (emprego interior MAIS);
- Promoção das Artes e Ofícios;
- Reabilitação Profissional (apoio à qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade, estágios de inserção, emprego apoiado em mercado aberto e financiamento de produtos de apoio).

Outras estruturas de apoio:

- Gabinetes de Inserção Social (GIP);
- Entidades Prestadoras de Apoio Técnico;
- Rede de Ninhos de Empresas;
- Centros de Recursos.

A atividade em termos de formação profissional é dividida em formação para adultos e formação para jovens e é desenvolvida com base no Catálogo Nacional de Qualificações. Os programas e medidas ativas de formação profissional são as seguintes: -----

- Cursos de Educação e Formação de Adultos para o 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade, que atribui o nível 2 e 4 de qualificação profissional; -----
- Cursos de Aprendizagem (Mecatrónica Automóvel, Cozinha/Pastelaria e Cabeleireiro) para jovens que dá equivalência ao 12.º ano de escolaridade e atribui o nível 4 de qualificação profissional; -----
- Cursos de Aprendizagem + (Eletrónica, Robótica, Ciber Segurança, Programação) para jovens que dá equivalência ao 12.º ano de escolaridade e atribui o nível 5 de qualificação profissional; -----
- Cursos de Especialização Tecnológica (Programação de Sistemas de Formação, Mecatrónica Industrial) que atribui o nível 5 de qualificação profissional; -----
- Formação modulares certificadas; -----
- Português Língua de Acolhimento; -----
- Pro_mov_reskilling for employment; -----
- Formação e certificação de formadores; -----
- Medida Cheque Formação; -----
- Medida Cheque Formação + Digital; -----
- Medida Cheque Emprego + Digital; -----
- Programa Certificado de Competências Digitais; -----
- Programa Jovem + Digital; -----
- Qualificação para a Internacionalização; -----
- Centro Qualifica. -----

O Vereador Alexandre Varela agradeceu a apresentação e todo o trabalho desenvolvido diariamente. Disse que o Centro de Formação Profissional é um recurso importante, que se tem vindo a qualificar e a capacitar cada vez mais. -----

Passando ao Ponto Três, Apresentação do Projeto de Reabilitação da Escola Básica 2/3 Conde de Vilalva, o Vereador Alexandre Varela deu a palavra ao Eng.º Rui Martins, da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana da Autarquia, para fazer uma apresentação do que está previsto para a Escola Básica 2/3 Conde de Vilalva. -----

O Eng.º Rui Martins começou por dizer que o papel da Autarquia foi de apoio à equipa que desenvolveu o Projeto de Reabilitação da Escola Básica 2/3 Conde de Vilalva. As obras previstas foram pensadas de acordo com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e os projetos desenvolvidos foram o Projeto de Arquitetura, o Projeto de Aquecimento (AVAC), o Projeto de Segurança contra Incêndios em Edifícios, o Projeto de Instalações Elétricas, a Certificação Energética, o Projeto de Produção Fotovoltaica, o Plano de Prevenção e Gestão de Redes de Construção e Demolição e, ainda, um Plano

de Segurança e Saúde. Todos estes projetos foram desenvolvidos com base nas exigências do programa da candidatura apresentada, nomeadamente a questão da redução das emissões CO² que obriga a uma redução de 30% em relação ao edifício existente e também com base na economia circular e na prevenção da reciclagem dos resíduos, em que é obrigatório ter em conta que 10% de materiais reciclados e dos gerados na obra devem ser preparados para utilizar e reciclar noutras operações. -----

A reabilitação da escola contempla a remodelação das instalações sanitárias; substituição de todas as loiças sanitárias existentes, chuveiros e torneiras; instalação de elementos de separação de duche no balneário do pavilhão desportivo; pintura de paredes e tetos dos balneários exteriores de apoio ao campo de jogos exterior; no edifício principal serão substituídos todos os revestimentos de paredes, pavimentos e aplicação de tetos falsos com isolamento térmico; para melhorar a eficiência energética do edifício principal será aplicado um sistema de capoto nas fachadas; aplicação de isolamento térmico na caixa dos estores existentes, serão substituídos os vãos e vigas existentes por caixilharias com corte térmico e vidro duplo laminado; instalação do sistema de climatização e ventilação; instalação de um sistema VRC no edifício principal; instalação de equipamentos de energia renovável (painéis fotovoltaicos da cobertura e painéis solares nos balneários para as caldeiras que forem instaladas); remodelação da rede elétrica dos edifícios; substituição das luminárias existentes; instalação de iluminação de emergência; instalação de alarmes nas instalações sanitárias de mobilidade condicionada; instalação de sistema automático de deteção de incêndios em todos os edifícios; instalação de extintores; instalação de cortina para chamas entre a cozinha e o refeitório; revisão e reabilitação da rede de águas pluviais da escola; recuperação do campo de jogos exterior com a renovação do pavimento; instalação de novos equipamentos desportivos (balizas futsal, tabelas e postes de basket). -----

Para finalizar, o Eng.º Rui Martins disse a escola tem atualmente uma classe energética existente de D e com esta intervenção irá passar para uma classe energética de A+, sendo que haverá sempre uma emissão de CO² em cerca de 30%. Prevê-se que a obra seja realizada de forma faseada e que o seu término seja em 2026. -----

O Vereador Alexandre Varela reforçou que o programa temporário de execução do PRR diz que a obra deverá estar concluída até 2026. O valor estimado da intervenção é de 3,5 milhões de euros e está a ser tratado o Caderno de Encargos para se avançar com a empreitada. -----

Seguidamente, no Ponto Quatro, Concurso de Requalificação da Escola Secundária André de Gouveia, o Vereador Alexandre Varela passou a palavra ao Arq. Paulo Puga, da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana da Autarquia, para um breve ponto de situação sobre o processo. -----

O Arq. Paulo Puga começou por explicar que nos programas de financiamento só se podem eleger os projetos em fase de execução e que este processo ainda não está nessa fase. Referiu que a Escola

Secundária André de Gouveia é de 1978 e tem quase 50 anos, teve algumas obras de conservação/manutenção da iniciativa de quem foi gerindo a escola, sendo a mesma constituída por blocos de pavilhões com construção robusta, tem caixilharia exótica que já não funciona, auditório sem condições de acessibilidades para mobilidade condicionada, elementos estruturais com patologias decorrentes da sua idade. O objetivo é tornar a escola devidamente qualificada. O Arq. Paulo Puga disse que o processo começou em 2022, com a passagem para as competências das Autarquias. Referiu que através de um acordo firmado pela Associação Nacional de Municípios com o Estado, ficou decidido que a obra da Escola Secundária André de Gouveia seria financiada a 100% pelo Estado e que a Câmara Municipal de Évora seria a dona de obra e responsável pelo concurso. -----

O processo relativo à requalificação da Escola Secundária André de Gouveia começou, em 2022, com reuniões entre a CME, o Agrupamento de Escolas e a DGEstE, para desenho de um programa funcional e um programa de intervenção. Assim, foi feito um levantamento de necessidades por parte do agrupamento, houve orientações técnicas da DGEstE, o Ministério da Educação facultou elementos e houve a colaboração da Construção Pública, E.P.E. (antigo Parque Escolar) sobre o possível programa funcional. Após recolha dos dados técnicos necessários foi feito um relatório prévio do edifício com avaliação do estado de conservação de cada pavilhão, espaço exterior, patologias, necessidades de aumento de conforto térmico e circulação de ar. Foi feito um programa preliminar de como deveria ser a estratégia de intervenção para cada pavilhão. Em meados de 2023, foi realizada uma assessoria com a Ordem dos Arquitetos para fazer toda a parte técnica do concurso. A estimativa da obra é de 15 milhões de euros. A escola tem 10 mil m² de área bruta e 40 mil m² de terreno, é uma escala maxi, ainda não houve uma obra com esta envergadura feita pelo Município. Esta estimativa é conservadora e cautelosa porque apesar do financiamento ser a 100% pelo Estado é através de valores máximos por rubrica. Como o PRR termina em 2026, eventualmente, terá que se ver outro programa de financiamento. -----

A estratégia de intervenção foi inscrever o programa funcional que engloba salas de aulas, laboratórios, salas de ciência, salas de ginástica, pavilhão desportivo, campo exterior coberto, um pequeno teatro, salas de tecnologia e informação e produção de audiovisual. Pretende-se demolir o Bloco D que está mais próximo da Portaria, para a escola possa ter um espaço de entrada condigno e que consiga fazer a separação de circuitos de circulação. O Bloco C, A, D, e E vão ter um nível de requalificação em 50% do custo de mão de obra. Toda a escola vai ser acessível, tendo em conta as atuais regras e normas técnicas de segurança contra incêndios e conforto térmico. O Bloco Central vai ser reformulado, uma parte vai ser demolida e vão-se concentrar lá os serviços administrativos, biblioteca, espaço social do aluno, sala auditório, um pequeno espaço de conhecimento e memória, refeitório, cozinha, espaço professores, espaço PND, as salas de aulas que não puderem ser colocadas nos outros blocos (ex. salas TIC). O pavilhão desportivo vai passar a ter 2 salas, uma de ginásio e outra de espaço

Handwritten signatures and initials on the left margin, including "Sg.", "Philip", and others.

movimento/dança. Todo o campo de jogos vai ser reabilitado e passar a ter campo exterior coberto polivalente. -----

Em outubro/novembro de 2023, toda a parte de documentação do concurso de conceção estava pronta, mas só foi possível lançar o concurso público de conceção em maio de 2024. O concurso já finalizou, receberam-se 7 propostas e está no momento em fase de análise pelo júri e os resultados sairão brevemente. É expectável que até final de 2024, a CME aprove a decisão do júri. Quando for assinado o contrato com a equipa vencedora, que envolve arquitetos e equipas de engenharia, terminar-se-á este processo para se avançar com o projeto de execução, para ser lançado um concurso público de empreitada internacional (possivelmente em final de 2025). O Arq. Paulo Puga esclareceu que os documentos relativos ao contrato de conceção são públicos e podem ser consultados no site da Ordem dos Arquitetos e, quem tiver registo, no site Vortal (plataforma contratação pública). -----

O Vereador Alexandre Varela esclareceu que na transferência de competências, os municípios não ficaram com a obrigação de realizar intervenções de natureza estrutural, apenas obras de manutenção e conservação, as outras continuam a ser da responsabilidade da Administração Central. Aquando da transferência de competências, em 2022, foi efetuado um mapeamento das escolas prioritárias a intervir (Escola Secundária André de Gouveia e Escola Básica de Santa Clara num nível muito urgente e a Escola Básica Conde Vilalva num outro nível) e ficou definido em acordo sectorial entre o Estado e a Associação Nacional de Municípios que o Estado asseguraria a totalidade destas três intervenções. Relativamente à Escola Secundária André de Gouveia o patamar dos 15 milhões de euros está relacionado com a elegibilidade das despesas, sendo uma estimativa com base nas regras de financiamento. -----

Relativamente ao Ponto Quatro, Aprovação da proposta de Ação Social Escolar para o ano letivo 2024/2025, foi dada a palavra à Dr.ª Adelina Paredes, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, que começou por apresentar um resumo do que foi a implementação da atribuição de auxílios económicos no ano letivo 2023/2024. Disse que foram apoiadas entre os escalões A e B, 129 crianças do pré-escolar e cerca de 590 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Foi previsto nos CIA de 2023, a transferência para os agrupamentos de escolas de cerca de 17.979,00€ para apoio à aquisição de material escolar e realização de visitas de estudo. Para o ano letivo 2024/2025, a proposta de metodologia mantém-se. Ao 1.º CEB será atribuído o valor que está estipulado por Lei e para o pré-escolar, não existindo nenhum normativo que estipule um valor de referência, mantém-se a medida extraordinária do Município (atribuir a cada criança de escalão A e B um valor de 25€). Relativamente à questão de reposicionamento nos escalões, a Dr.ª Adelina Paredes esclareceu que quando se faz a monitorização, pede-se aos agrupamentos de escolas que indiquem quais os alunos de escalão B que têm o Plano Individual (alunos com NEI) e que estão devidamente acompanhados pela EMAI, porque esses alunos de escalão B têm participação equivalente aos alunos de escalão A. As

monitorizações continuarão a ser realizadas para se perceber a evolução ao longo do ano letivo. Foi apresentada a proposta para o ano letivo 2024/2025, cujo investimento estimado será de 21.993,00€ em apoio dos auxílios económicos. -----

A proposta Ação Social Escolar para o ano letivo 2024/2025 foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Passando ao Ponto Seis, aprovação da proposta de recomendação sobre o acesso do ensino profissional à rede de transportes, esta foi enviada por correio eletrónico aos conselheiros e às conselheiras para leitura, reflexão crítica, recolha de contributos e elaboração de proposta final para aprovação em reunião de Conselho Municipal de Educação, sendo a última versão previamente enviada por correio eletrónico aos membros do órgão. O Vereador Alexandre Varela colocou a proposta de recomendação sobre o acesso do ensino profissional à rede de transportes a discussão dizendo que a proposta é o resultado do debate e reflexão em anteriores reuniões do Conselho municipal de Educação em torno do ensino profissional e dos transportes públicos interurbanos. -----

Após discussão do documento, a proposta foi aprovada por unanimidade, sujeita às alterações necessárias. -----

Por último, no Ponto Sete, referente aos Outros Assuntos, o Vereador Alexandre Varela deu conhecimento de uma menção de louvor ao Município de Évora atribuída pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira pelas intervenções nas escolas do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira. O louvor menciona, nomeadamente, o empenho do Município na melhoria das condições físicas do pavilhão desportivo da Escola Básica André de Resende e, consequentemente, das atividades desportivas de milhares de crianças, jovens e adultos da cidade. -----

O Vereador Alexandre Varela abordou, ainda, duas questões: -----

A primeira questão refere-se a um problema geral relacionado com os resíduos, que não tem sido uma situação do ponto de vista do Município aceitável. O Município assume as suas responsabilidades ao nível das competências que tem na gestão e manutenção do espaço público, na gestão dos resíduos, designadamente os indiferenciados, mas a situação é degradante e não é pela falta de meios ou de procurar respostas, pois têm sido alocados cada vez mais recursos quer através dos meios próprios da Autarquia quer de contratação de serviços. O problema tem a ver com atitudes e comportamentos. ----

Existem algumas componentes que são preocupantes, uma das quais tem a ver com a questão das escolas em particular. Nas escolas secundárias e, também, nas escolas de 2.º e 3.º CEB, em que já existe alguma autonomia por parte dos alunos, sabe-se por monitorização que habitualmente são zonas onde se concentram resíduos. O Vereador Alexandre Varela deixou um apelo às Direções de Agrupamentos de Escolas para se procurar encontrar formas de resolver a questão, uma vez que as escolas são um grande meio de sensibilização ambiental. Uma grande parte das escolas são Eco

Escolas, todos os alunos/cidadãos passam por lá e há comportamentos que não são aceitáveis. Independentemente das responsabilidades e das competências que cabem às entidades públicas e outras, a verdade é que a responsabilidade é de todos. Desta forma, foi lançado o desafio para se refletir sobre o que as escolas em conjunto com a Autarquia e outras entidades poderão fazer para sensibilizar a comunidade educativa para este problema. -----

O Vereador Alexandre Varela disse que a segunda questão já foi falada na Comissão de Acompanhamento de Transferência de Competências, mas que considera ser importante partilhar no Conselho Municipal de Educação. Diz respeito à educação, mais concretamente ao défice que foi registado e está a ser registado pelo Município de Évora, sem prejuízo de outras situações que existem no País. Recentemente veio a público que as contas do Município relativas à rubrica do PND andam na ordem de 1 400 000,00€. Trata-se de uma situação que causa grande preocupação porque apesar de outras rubricas orçamentadas, como por exemplo a conservação e manutenção de edifícios, ASE, refeitórios, há umas que compensam as outras, mas o PND acaba por determinar um problema estrutural que atinge estes valores. Disse, ainda, que tem vindo a questionar consecutivamente a DGAL para se perceber como é feito o processamento, mas a verdade é que até à data ainda não houve uma resposta. -----

O Vereador Alexandre Varela informou os conselheiros e as conselheiras que a Dr.ª Susana Godinho, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação no Conselho Municipal de Educação, fez pedido para falar na reunião, justificou que não inscreveu o ponto na ordem de trabalhos porque foi feito muito perto da data da reunião e porque não havia documentação acessória. -----

A Dr.ª Susana Godinho (Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas André de Gouveia), representante das associações de pais e encarregados de educação no Conselho Municipal de Educação, agradeceu a possibilidade de palavra e disse que a sua intervenção se tratava de uma reflexão/preocupação sobre cinco questões e que não estava a interpelar a Autarquia nem procurava respostas. A primeira questão foi referente à violência nas escolas, pois tem havido um número crescendo de relatos de agressões físicas e verbais. Considera que há um problema comportamental grave, transversal a todas as escolas e que há falta de PND. A segunda questão diz respeito à integração e inclusão. Considera que os alunos estrangeiros devem ser melhor integrados, dando como exemplo os alunos de nacionalidade brasileira, que precisam a seu ver de estratégias diferenciadas por parte do corpo docente. A terceira questão refere-se à multidisciplinaridade nas escolas e sobre a possibilidade de os agrupamentos de escolas irem além do Decreto Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, relativamente à função e constituição das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, para que também estas possam ajudar e contribuir na integração dos alunos estrangeiros, que apesar de não terem necessidades educativas específicas, precisam de apoio na sua integração. A quarta questão foi relativa ao Programa Municipal AEC, mais

concretamente sobre a interação/relação entre técnicos de AEC e alunos e, ainda, o facto das AEC serem "obrigatórias" apesar de serem facultativas. Por último, falou sobre um problema específico na Escola Básica Galopim de Carvalho, nomeadamente o pavimento de borracha do espaço exterior que se encontra levantado. Disse que foi feita uma exposição à Câmara Municipal para remoção de todo o pavimento de borracha, sugerindo-se que fosse feita a substituição por areia, mas ainda não receberam resposta sobre o assunto. -----

O Vereador Alexandre Varela questionou os conselheiros e as conselheiras se queriam colocar alguma questão. -----

O Dr. Alexandre Pires, representante do pessoal docente do ensino básico público, pediu a palavra para decorrente da intervenção da representante das associações de pais e encarregados de educação, referir que no que respeita aos docentes que se encontra a representar, os mesmos têm vindo a desenvolver e a concretizar estratégias e pedagogias diferenciadas para contribuir para uma integração ativa dos alunos brasileiros. Acrescentou que o português do Brasil é diferente do português de Portugal, assim como também há grandes diferenças nos dois sistemas educativos. Os alunos brasileiros apresentam dificuldades em perceber o português de Portugal, mas os professores apoiam e ajudam estes alunos na sua integração. Referiu, ainda, que tal como em Portugal o desempenho dos alunos também depende do seu contexto familiar e do apoio que lhes é dado. -----

O Dr. Manuel Cabeça, Diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, pediu a palavra. Na sequência da ordem de trabalhos da reunião que deu conta das intervenções nas escolas, referiu que as infiltrações na Escola Básica Manuel Patrício continuam. Apelou para que o Sr. Presidente da Câmara Municipal clarificasse um email recebido sobre os serviços essenciais em contexto de greve, uma vez que estava prevista greve na próxima 6.ª feira e a definição de serviços essenciais não estava clara. Deu conhecimento da progressiva e já bastante adiantada constituição da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício. -----

O Eng.º Fernando Martins, Diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, pediu a palavra. Solicitou informação se estaria previsto algum plano para intervir no parque de estacionamento junto à Escola Secundária Gabriel Pereira e que também serve outros serviços. Deu conhecimento que esteve em Lisboa numa sessão em que foi renovado por mais 5 anos o Plano Nacional das Artes e solicitou informação se haveria algum plano ligado a Évora Capital Europeia da Cultura 2027 que pudesse potenciar a dinâmica ligando de alguma forma a cultura com a educação. Referiu que tem tido alguns problemas com as AEC e irá solicitar uma reunião à DEIS-CME. Por fim, deu uma nota positiva relativamente ao PND, reconhecendo o esforço da Autarquia. -----

O Sr. Nuno Henriques, representante das IPSS que desenvolvem atividade na área da educação, manifestou preocupação com as crianças NEE porque quando termina o período letivo, os pais não

têm onde deixar as crianças e da parte das IPSS não há capacidade para receber essas crianças. Perguntou com quem se pode falar sobre o assunto. -----

O Vereador esclareceu algumas das questões colocadas. Começou pela questão da violência nas escolas, referindo que é um tema muito preocupante. São fenómenos muito complexos que começam e acabam nas famílias, passam pelas escolas e pelas forças de segurança. A Escola Segura (PSP e GNR) faz um trabalho que merece reconhecimento. As alterações sociais tem sido um grande desafio e, nomeadamente o uso de telemóvel, redes sociais, entre outros, são um canal de comunicação e a exposição a conteúdos de natureza mais preocupante como a violência explícita é muito comum e qualquer criança acede a esses conteúdos. Nas escolas os alunos reúnem-se e, eventualmente, poderá haver algumas dificuldades do PND em acompanhar e conseguir disciplinar e controlar aqueles momentos em que os pares se juntam. No plano de formação dirigida ao PND houve essa preocupação e está a ser feito um esforço para promover alguns mecanismos e ferramentas relacionadas com essa situação, mas também com a preparação para a integração de crianças oriundas de outros países com outros comportamentos, modalidades e referências culturais. Claramente que é um desafio que se coloca a todos, não só às Câmara Municipais, mas também famílias e professores. É um desafio tão exigente quanto os problemas que os especialistas vão identificando, não só na saúde mental, mas na própria relação interpessoal. -----

O Vereador Alexandre Varela disse que ia ver a questão da Escola Básica Galopim de Carvalho. Sobre a questão da greve disse que tinha conhecimento que o assunto estava a ser tratado internamente. Felicitou a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício. -----

Em relação ao parque de estacionamento situado junto à Av. Lino de Carvalho, disse que é uma necessidade muito grande que existe e que já foi feito um estudo prévio, mas não se avançou mais do que isso. O projeto está inscrito no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável com o objetivo de se avançar para a requalificação, mas sendo um projeto volumoso do ponto de vista financeiro que requer financiamento. -----

O Vereador Alexandre Varela considera que deve haver uma sinergia sobre a questão do Plano Nacional das Artes. Independentemente daquilo que for desenvolvido pela Associação Évora 2027, é uma questão que interessa à Câmara Municipal. Referiu que se incentivou bastante a ligação entre a cultura e a educação através do programa Artes à Escola, da Orquestra Geração (foi agora aprovada a candidatura ao Portugal Inovação Social) e da Orquestra Juvenil de Sopros. -----

Por fim, o Vereador Alexandre Varela falou sobre a questão das IPSS e dos ATL nas pausas letivas dirigidos às crianças com Necessidades Educativas Especiais. Este é um outro grande desafio que também atinge a Autarquia, todos os dias surgem pedidos para acompanhamento de crianças seja nas escolas especificamente, seja nas AEC. Tem sido feito um esforço, mas há a consciência que não se chega a todos. No caso concreto dos ATL, a Autarquia avançou com programas inclusivos, numa

ÉVORA

Câmara Municipal

primeira fase a ideia foi testar o modelo para se ver como funciona e numa segunda fase será lançar o desafio às IPSS para incluir crianças NEE nos ATL. Entende-se que a Segurança Social também poderá acompanhar este raciocínio, mas é uma questão que ainda tem que ser trabalhada. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro.